

Diário Oficial

 **Teresina - Quarta-feira, 29 de outubro de 2008 • Nº 207**

7

Considerando que o último concurso realizado, homologado em 24 de março de 2004 encontra-se com o seu prazo expirado;



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SASC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a comissão para organização e realização de concurso público para preenchimento de 12 (doze) vagas de Defensor Público de 1ª Categoria do Estado do Piauí, composta pela Subdefensora Pública-Geral Norma Brandão de Lavenère Machado Dantas, que a presidirá, pelo Defensor Público de 4ª categoria, Roberto Gonçalves de Freitas Filho e pelos Defensores Públicos de 2ª categoria Ângela Martins Soares, Débora Cunha Vieira, Glícia Rodrigues Batista e Verônica Acioly de Vasconcelos e o Defensor Público de 1ª categoria Gonçalo Benício de Melo Neto, como suplente .

Art. 2º. Conferir à comissão de concurso todos os poderes legais atribuídos ao Conselho Superior da Defensoria Pública para praticar os atos referentes à realização do certame.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor quando de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Teresina, 22 de outubro de 2008.

Defensor Público-Geral do Estado

Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Piauí

OF. 891

LICITAÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0066.000.04984/2008-8

Inexigibilidade de Licitação nº 08/2008

Empresa indicada: Barros e Matos Ltda.

Objeto: Confecção de formulários contínuos (NFA, AIDF e DAR).

Justificativa/Ratificação – Inexigibilidade de licitação: exclusividade.

Fundamentação Legal: Caput do art.25, inciso I c/c Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Outras informações na Comissão de Licitação da SEFAZ, Centro Administrativo, Bloco C.

Teresina, 24 de outubro de 2008.

Publique-se.

ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUSA NETO

Secretário da Fazenda

OF. 1095

AVISO DE LICITAÇÃO

Convite 006/2008

Interessada: SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SASC

Modalidade: CONVITE Nº 006/2008

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO

Regime de Execução: Adjudicação Por Preço Global

Objeto: Construção da Padaria do Centro Educacional Masculino.

Base Legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Fonte de Recursos: 0100.001.001 – Recursos do Tesouro Estadual

Cópia Completa do Edital: A cópia completa do Edital e seus anexos podem ser adquiridos por qualquer interessado, mediante requerimento formal feito à Comissão Permanente de Licitação da Secretaria da Assistência Social e Cidadania – SASC, situada à Rua Acre, nº 340, bairro Cabral - Teresina-PI, mediante recolhimento prévio de R\$ 10,00 (dez reais) na conta nº 006898.000-6, Ag. Nº 014, BEP, para efeito de ressarcimento de reprodução do instrumento convocatório, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário de 8:00 h às 13:30 h.

Envelopes de Proposta:

a) Recebimento: 07 de novembro de 2008, às 09:00 (nove) horas;

b) Local: Auditório da Secretaria da Assistência Social e Cidadania – SASC, situado no 3º pavimento, Rua Acre, nº 340, Cabral, Teresina - PI
Maiores informações poderão ser adquiridas junto à CPL-SASC, no endereço acima mencionado, em dias úteis de segunda a sexta-feira, de 08:00 h às 13:30 h, no telefone 3221-5540 ou e-mail cpl_sascpi@hotmail.com.

Teresina – PI, 28 de outubro de 2008.

Andros R. M. G. de Almeida

Presidente da CPL/SASC

OF. 048



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
COORDENADORIA DE CONTROLE DAS LICITAÇÕES



EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 000.000.035/08-CCEL/PI

Ato: Ato de Cooperação Técnica 17/08-CCEL/PI x POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ – COMISSÃO INTERNA DE CONTROLE DE COMPRAS.

Partes: COORDENADORIA DE CONTROLES DAS LICITAÇÕES x POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ – COMISSÃO INTERNA DE CONTROLE DE COMPRAS.

Objeto: Adesão ao SRP do Estado na condição de Carona – Possibilidade Jurídica.

Objetivo: Utilizar, provisoriamente, preços registrados nas Atas do SRP do Estado que tem por objeto bens comuns – Pregão Presencial 065/2006 – ATUALIZAÇÕES.

Finalidade: Otimizar contratações de interesse da requerente de natureza provisória.

Fundamento Legal: Decreto Estadual 11.319/04

Outras Informações: Coordenadoria de Controle de Licitações – CCEL/PI.

OF. 081